



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS**

### **ANEXO 11**

### **CONDIÇÕES GERAIS DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS**

A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO oferecida pela CONCESSIONÁRIA, além do previsto na cláusula 38 do CONTRATO, deverá conter, no mínimo, os seguintes termos:

### **1. Condições Gerais aplicáveis às modalidades de garantia de fiança bancária e seguro-garantia**

Ambas as modalidades de GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO devem conter as seguintes disposições:

- 1.1. Obrigação do Banco Fiador ou da Seguradora de pagar pelos prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, nos limites estabelecidos na cláusula 38.1 do CONTRATO, como por exemplo multas aplicadas pelo PODER CONCEDENTE relacionadas ao CONTRATO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento devido para conclusão do processo de sinistro, formalizado por meio de recebimento da notificação escrita encaminhada pelo MUNICÍPIO ao Banco Fiador ou à Seguradora.
- 1.2. Impossibilidade do Banco Fiador ou da Seguradora se escusarem do cumprimento das obrigações perante o PODER CONCEDENTE, no limite assegurado, ainda que haja objeção ou oposição da CONCESSIONÁRIA, observado o devido processo de caracterização do sinistro previsto nas regulamentações vigentes e aplicáveis ao Seguro-Garantia, tal como a Circular Susep nº 477/2013.
- 1.3. Eleição do Foro da Comarca do Município de Barreiras, Estado da Bahia, para dirimir controvérsias.

### **2. Condições específicas para fiança bancária**

Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA oferecer a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO modalidade de fiança bancária, deve-se observar, além do previsto na cláusula 38 do CONTRATO e no item 1 do presente ANEXO, o seguinte:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS**

2.1. Obrigação do Banco Fiador de pagar as despesas judiciais ou extrajudiciais no caso de o PODER CONCEDENTE ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a Carta de Fiança.

2.2. Dever do Banco Fiador em garantir que:

2.2.1.A Carta de Fiança esteja devidamente contabilizada e de acordo com os regulamentos do Banco Central do Brasil em vigor, bem como atenda aos preceitos da legislação bancária aplicável;

2.2.2.Os signatários do instrumento estão autorizados a prestar a Fiança em nome do Banco Fiador e em sua responsabilidade; e

2.2.3.O Banco Fiador esteja autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Cartas de Fiança, e que o valor da Carta de Fiança encontre-se dentro dos limites que lhe são autorizados pelo Banco Central do Brasil.

### **3. Condições específicas para seguro garantia**

Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA oferecer a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO na modalidade de seguro garantia, deve-se observar, além do previsto na cláusula 38 do CONTRATO e no item 1 do presente ANEXO, o seguinte:

3.1. Obrigação de que a Seguradora seja devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, observando os termos dos atos normativos da SUSEP aplicáveis à modalidade seguro-garantia, tal como a Circular Susep nº 477/2013.

3.2. A apólice de seguro-garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

3.2.1.Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do CONTRATO; e



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS**

3.2.2.Vedação ao cancelamento da apólice de seguro-garantia por falta de pagamento total ou parcial do prêmio.

#### **4. Condições para as demais modalidades de garantia**

Caso a CONCESSIONÁRIA opte pelas demais modalidades de garantia previstas no CONTRATO, deverá observar a legislação e regulamentação aplicáveis, além das disposições contratuais específicas.